

# Governo Regional avança com projecto-piloto da semana de quatro dias na Administração Pública em Janeiro

O Presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, presidiu ontem, no Teatro Micaelense, à sessão de abertura das VI Jornadas de Direito do Trabalho – Açores, um fórum que, desde 2015, tem promovido na Região o debate e a reflexão sobre temas centrais para a dignificação do trabalho.

A cerimónia contou com a presença do Presidente do Tribunal Constitucional, José João Abrantes, e da Juíza Conselheira do Supremo Tribunal Administrativo, Ana Celeste Carvalho, presenças que o Presidente do Governo destacou como “um contributo que muito dignifica estas Jornadas e enriquece o debate sobre o futuro do Direito do Trabalho em Portugal e nos Açores”.

O líder do executivo regional salientou a actualidade e relevância do tema escolhido para esta edição: “Novos modelos de organização dos tempos de trabalho: Semana de 4 dias – Implicações”, sublinhando: “Vivemos um tempo de profundas transformações demográficas, tecnológicas e organizacionais que desafiam os velhos entendimentos sobre produtividade, retenção de talento e qualidade dos serviços, tanto no sector público como no privado”.

O governante defendeu que a reorganização dos tempos de trabalho “deve ser conduzida com equilíbrio, responsabilidade e respeito pelos direitos dos trabalhadores”, lembrando que “a flexibilidade tem de ser acompanhada de clarificação contratual, de



avaliação de riscos e de mecanismos de prevenção de abusos, garantindo igualdade de tratamento e previsibilidade na gestão do tempo de trabalho”.

Durante a sua intervenção, José Manuel Bolieiro anunciou que o Governo dos Açores vai avançar com um projecto-piloto da semana de quatro dias na Administração Pública Regional, com início previsto para 1 de Janeiro de 2026 e duração de seis meses.

O objectivo, explicou, é “melhorar a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, potenciar ganhos de produtividade e bem-estar, e contribuir para a competitividade dos serviços públicos, sempre em estrito

cumprimento da legislação aplicável”. A amostra de serviços e trabalhadores que integrarão o projecto será constituída em Novembro deste ano, após consulta aos sindicatos e dirigentes superiores da Administração Pública Regional.

José Manuel Bolieiro sublinhou que o projecto assenta no acordo entre trabalhador e empregador, sendo baseado em evidência e acompanhado por avaliação independente. No que respeita ao sector privado, adiantou que a abordagem será “prudente, mas de incentivo a projectos-piloto voluntários, medidos e reversíveis”, alinhados com o Código do Trabalho e a contratação colectiva, salientando que

o apoio público será de natureza técnica, centrado no diagnóstico de processos, na capacitação de chefias e na avaliação independente, “sem recurso a subsídio salarial directa”.

A actuação do Governo dos Açores será orientada por cinco princípios fundamentais: prioridade ao serviço ao cidadão; experimentação gradual e baseada em evidência; diálogo social; adequação sectorial e territorial das soluções; e transparência, através de indicadores públicos e avaliações externas.

O líder do Governo açoriano terminou a sua intervenção com uma mensagem de confiança e compromisso, afirmando acreditar que “o futuro do trabalho nos Açores se constrói com diálogo, inovação e coragem para experimentar novas soluções”, e acrescentou que “o compromisso do Governo é com uma Região mais justa, mais produtiva e mais humana, onde o progresso económico se faça com a dignidade de quem trabalha e das suas famílias”.

As VI Jornadas de Direito do Trabalho – Açores decorrem na ilha de São Miguel e reúnem académicos, magistrados, advogados, gestores e dirigentes públicos, num espaço de debate e partilha sobre os desafios e oportunidades que os novos modelos de organização laboral colocam à sociedade contemporânea.

## Pilotos alertam para campanhas de desinformação

# SPAC clarifica posição sobre a privatização da Azores Airlines

Em comunicado enviado à redacção, o SPAC (Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil) “reafirmou a sua posição favorável à privatização da Azores Airlines, desde que verificadas as idoneidades financeira, técnica e laboral do Comprador e salvaguardados os direitos dos Trabalhadores e o interesse público regional”, afirma.

Frederico Saraiva de Almeida, vice-presidente do SPAC, declara que “os pilotos são responsáveis e estão genuinamente preocupados com o futuro da empresa e com as consequências que um eventual insucesso da venda pode ter para os trabalhadores, para a população açoriana e para a economia regional. O que rejeitamos é a aparente ‘chantagem’ de condicionar a apresentação da proposta a cortes prévios nas condições de trabalho”.

Na nota enviada, são enumerados os vários princípios do SPAC para o processo de privatização da Azores Airlines.

Primeiramente, refere a proposta vinculativa sem pré-condições laborais: “Quem quer e pode comprar apresenta proposta; só depois, com comprador definido e mandato dos Associados, o SPAC discute o que for necessário, com dados, metas e escrutínio”.

Em segundo, “a gestão primeiro: Antes de se pedirem ‘sacrifícios’, é indispensável aplicar medidas de gestão que corrijam ineficiências e reforcem a capacidade operacional da Empresa”.

O terceiro princípio enunciado é o “diálogo pós-compra: O SPAC está disponível para estudar soluções transitórias, condicionais e auditadas, transversais a toda a Empresa e sem afectar a retribuição base do Acordo de Empresa — soluções que serão sempre sujeitas à Assembleia de Associados”.

Por último, o Sindicato expõe, como quarto princípio, “os entendimentos antes da venda: Após a apresentação de proposta vinculativa, poderão ser procurados entendimentos de princípio antes da venda, condicionados à Lei e à aprovação em Assembleia de Associados, podendo inclusive ser formalizados pelo SPAC com o actual Conselho de Administração da SATA (parte legitimada), com eficácia diferida para a data da venda e, sendo adequado, com publicação em BTE”.

O SPAC “registra com apreço declarações públicas do Dr. Carlos Tavares no sentido de que qualquer mudança deve ser feita com os trabalhadores e com acordo sindical, posição convergente



com a do Sindicato e que abre espaço a soluções sérias e responsáveis, assentes em dados, metas e auditoria”, declara.

Ainda, este Sindicato “considera existir um padrão de ruído informativo que aparenta servir interesses ocultos contrários à privatização, minando a confiança pública no processo”, como por exemplo: “A circulação de notícias que apontavam para cortes salariais ‘à cabeça’ como condição para apresentação de proposta vinculativa (narrativa de reduções superiores a 10% na massa salarial dos Pilotos); e a difusão de notícias que insinuavam o afastamento de responsáveis do Consórcio, contraditadas por intervenções públicas posteriores de um dos seus líderes, em que sublinha a necessidade de entendimento com os

Trabalhadores.

Para o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil, “este tipo de mensagens contraditórias cria confusão e desvia o debate do essencial: a necessidade de uma proposta séria, transparente e tecnicamente sustentada”.

O SPAC finaliza a nota esclarecendo que “mantém as portas abertas ao diálogo e apela a que cada interveniente cumpra o seu papel. Que o comprador finalize a proposta, o accionista delibere sobre o seu mérito e a administração implemente as medidas de gestão transitórias necessárias. O SPAC fará a sua parte, em defesa de soluções sustentáveis para a Azores Airlines e da dignidade profissional dos pilotos”, conclui.